



II CONEDU
CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

“APÓS ARRASTÃO, ESCOLA SUSPENDE AULAS...”: O FIM DO SILÊNCIO SOBRE AS VIOLÊNCIAS NA ESCOLA?

Gleydson Rodrigues Dantas, GRD.

Academia de Polícia Militar Cel. Milton Freire de Andrade – atheno_rn@hotmail.com

RESUMO

As violências entranham em todos os seguimentos da sociedade, o espaço escolar não está imune, tampouco, a formação do profissional que atuará na escola. Ao tratarmos por violências, deixaremos de lado muito do que se pode dizer sobre a epistemologia do tema, procurando focar na idiossincrasia desse movimento entre: deparar-se com a violência e o que fazer com ela. O medo generalizado da violência introduz a polícia no contexto escolar, causando um novo papel social: o policial-pedagogo. A proposta que orienta este estudo é investigar a ligação entre a Pedagogia Social e a Segurança Pública analisando o papel do Programa Educacional de Combate às Drogas e a Violência (PROERD) na cidade do Natal como perspectiva da produção de conhecimento. Trata-se de uma observação que toma a ação pedagógica como indicativo na melhoria das relações sociais que envolvem a Escola, a Polícia e a Família como estratégia de enfrentamento da violência dentro do ambiente escolar, a fim de diminuir o medo e aumentar a qualidade no processo de ensino aprendizagem. Para tanto, o diálogo com os referenciais teóricos: Paulo Freire e Foucault, junto à análise de dados, demonstram que essa relação sistemática oferece uma melhor perspectiva, pois leva em consideração os processos imbricados na resolução desta demanda social. Utilizando o ambiente escolar como organismo social para aplicação em outras realidades.

Palavras-chave: Educação. Violência. Enfrentamento.

INTRODUÇÃO

A manchete do jornal que despertou a escrita deste artigo trata-se de um fato real e cada vez mais rotineiro. Impactando diretamente os processos desenvolvidos no ambiente escolar. Tratar da educação e da violência convivendo no mesmo ambiente ainda é difícil, mas imprescindível dialogar sobre o tema, a fim de que se permita uma política de desenvolvimento real de segurança na escola, visando a eficiência administrativa, a



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

participação dos interessados no assunto, o aprimoramento do conhecimento sobre o tema e a conscientização profissional sobre as novas demandas da sociedade da insegurança (Schilling, 2014).

Manter-se em silêncio sobre o assunto não é mais cabível, uma vez que a questão torna-se cotidiana e contumaz dentro das escolas. Talvez ter-se mantido essencialmente protetivo sobre tratar da violência, a medida em que ele entrava pela porta da escola, tenha dificultado uma discussão mais profunda de ações para esse novo desafio epistemológico da educação. Deixando com isso o papel de “redentora”, mas reconhecendo cada qual seu quinhão de responsabilidade. Nessa premissa a segurança pública entrelaça seu papel social com a educação a fim de contribuir nessa discussão.

Este trabalho pretende discutir o papel da pedagogia social na atividade policial presente no CIPRED/PROERD, como estratégia de enfrentamento à violência nas escolas. Especificamente, examinar a relação entre pedagogia social e ação pedagógica; investigar a construção do policial-educador inserido no cotidiano escolar, assim como, evidenciar a tríade família-escola-polícia no processo de enfrentamento.

Pensar sobre violência é o primeiro passo positivo em direção ao repúdio de todas as formas de violência (ODALIA, 2012). Há uma necessidade de se desenvolver um enfrentamento à violência no contexto escolar. Um movimento que busca outra viabilidade de resolução de questões ontológicas pertinentes instalação da violência em seus contextos. Essa realidade se exacerba quando se analisa as ações policiais dentro da escola para intervir, mediar, dirimir e até mesmo extinguir o foco de violências instaladas na realidade escolar.

A problemática da violência nas escolas se ancora nos conflitos sociais, e as formas de resolução desses conflitos mantêm uma aparente distancia da práxis do educador e do policial, entretanto, são subsidiárias. Ou seja, para resolver as questões da violência não só a prática de um policiamento ostensivo resolve, haja vista que na realidade brasileira, os problemas sociais, cuja violência é o reflexo, emanam das carências, dentre elas a educação. A ação policial, como pedagogia social, se torna mediadora dessas carências, uma ação/reação do Estado aos conflitos que não consegue resolver.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

A atitude pedagógica do policial em sala de aula é um fenômeno epistemológico nas operações de Segurança Pública e de Educação no instante em que os discursos se entrelaçam para resolver a questão da violência e gera a figura do policial-educador, fruto do aspecto preventivo na construção de uma responsabilidade cidadã sobre o problema violência dentro das escolas. A atividade pedagógica social referida neste fenômeno se consolida por políticas de prevenção a violência, concentrando-se na mediação dos conflitos no espaço escolar e nas técnicas policiais que visem o aspecto pedagógico em detrimento do repressivo.

Escolhidos por oferecer um melhor controle de estudo neste artigo, a escola passa a ser a célula do organismo comunidade e o policial, um facilitador para essa nova reflexão. A Companhia Independente de Prevenção ao uso de Drogas (CIPRED) se insere como ponto de intercessão e propõe uma nova forma de pensar sobre a violência para tentar soluções mais eficientes que a repressão pura, simples e de eficácia questionável. Seu papel é transversalizar paradigmas e efetivar o papel de pedagogo social do policial, como evidencia Balestreri (2003). Tratar preventivamente da violência é envolver a comunidade escolar: alunos, professores, pedagogos e famílias.

1 METODOLOGIA

Para a construção desses saberes fez-se necessário um diálogo entre os pensamentos de Paulo Freire e de Michel Foucault como referenciais teóricos norteadores, o primeiro, por fundamentar a discussão sobre a pedagogia a partir do enfoque social; o segundo, em virtude da análise de coeficientes sociais relacionados à violência. Findada a discussão em tela, apresentamos a tríade como mecanismo eficaz no enfrentamento da violência. Tomando a escola como núcleo social e vetor de transformação da realidade.

Munido desta discussão, faz-se premente a análise de dados a cerca da violência envolvendo escolas na cidade do Natal. Dados esses, coletados através dos discursos e dados já existentes, tais como: material escrito sobre a atividade do CIPRED/PROERD na imprensa escrita e/ou material científico já produzido; materiais didáticos utilizados nas aulas



do PROERD, assim como, a apreensão do cotidiano in lócus da CIPRED, junto às escolas na cidade do Natal, entre 2009 e 2011.

2 PEDAGOGIA SOCIAL E AÇÃO PEDAGÓGICA

Quando observamos o enfrentamento à violência nas escolas sobre o prisma da produção do conhecimento o fio que conduz a uma reflexão é a inserção da ação policial. Apropriando das ideias de Paulo Freire (2005) e por analogias, chegamos a um denominador de que reflexão surge das próprias imperfeições do sistema, despertando uma busca, através do diálogo entre os envolvidos nessa demanda social, sem disputa de forças. “A teoria sem a prática vira 'verbalismo', assim como a prática sem teoria, vira ativismo. No entanto, quando se une a prática com a teoria tem-se a práxis, a ação criadora e modificadora da realidade.” (Paulo Freire)¹.

No que tange a pedagogia social, selecionamos o policial-educador como exemplo de ação pedagógica, analisando a práxis no contexto escolar. Longe das acepções mais comuns, a ação pedagógica não se trata de uma terminologia meramente corporativa sinônimo de iniciativa. Iniciativa percebe a parte, mas não representa o todo. O significado de ação pedagógica que se busca para enfrentar a violência está mais relacionado com a definição contida nos dicionários, a saber: a capacidade de se antecipar a situações, necessidades e problemas futuros. Isso significa, para começar, que a ação educativa tem senso de prontidão (NAVARRO, 2008).

Dada à urgência do enfrentamento à violência, os envolvidos no processo parecem não perceber que as ações de cada um, Educação e Segurança Pública, estão diretamente imbricadas nesse processo. A violência, de tão intrínseca ao cotidiano, parece fazer parte dele como um componente normal das relações contemporâneas (ODALIA, 2012). Entretanto, por não se perceberem, os indivíduos alijam de si a responsabilidade: não ver e não perceber é não sentir a violência até que dela sejam vítimas, isso faz com que sua resolução deixe de ser de si e passe a ser de outrem, cada qual se eximindo de suas responsabilidades.

¹ Disponível em: <http://pensador.uol.com.br/frase/ODUzNzg1/>. Acesso em: 28 abr. 2012.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

A falta de assunção dessas responsabilidades dos agentes responsáveis pelas mudanças faz com que o fenômeno violência na escola seja mais um reflexo do processo de desumanização das relações, como diz Freire (2005, p. 32): [...] reconhecer a desumanização, não apenas como viabilidade ontológica, mas com realidade histórica. É também, e talvez sobretudo, a partir desta dolorosa constatação que os homens se perguntam sobre a outra viabilidade – a de humanização, afinal, não é um método violento que se conseguirá por fim a violência.

A ação pedagógica policial é um processo, um exercício de humanização, um esforço revolucionário de criticidade ao *status quo*. Ser um policial-educador é, portanto, um pensar crítico capaz de gerar um diálogo que pretende aceitar o risco do novo e da rejeição, haja vista ser um processo marcado pelo inacabamento, pois apreende a todo o momento a realidade que o circunda de veras dinâmico, sem descuidar, entretanto, da ação concreta: a práxis (FREIRE, 2005).

Nessa realidade dinâmica, a inserção do policial-educador nas escolas tem duplo papel: primeiro, gerar ações concretas de enfrentamento que visem evitar e/ou enfraquecer, qualquer demanda interna gerada pelo contexto social violento; segundo, prevenir e/ou conter que ações externas se aproximem do universo escolar. A ação pedagógica policial contra a violência atua na escola como uma ‘vacina’. Eis a escola como universo a ser ‘imunizado’ contra as violências, por ser o espaço social responsável para a formação de cidadãos autônomos (SOUZA, 2008, p.119).

3 POLICIAL: PEDAGOGO SOCIAL

Conhecer a função da pedagogia social não é compreender seus conceitos e princípios tão somente, mas o seu alcance e a sua força. Ao levar em consideração o aspecto social, a pedagogia atua auxiliando na aplicação e na observância do emprego de policiais como promotores de Segurança Pública, não só, como braço armado ou meros mantenedores da ordem pública.

Neste seguimento se pretende discutir a formação do pedagogo social no âmbito da Segurança Pública, notadamente o nicho Policial Militar, sob a perspectiva de uma gestão



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

para a Segurança Pública estratégica integrada à eficiência. Tendo por referencial a análise do discurso proposta por Michael Foucault e sob o ponto de vista de Paulo Freire, para discutir a formação dos agentes de Segurança Pública e as pedagogias envolvidas nesse processo.

Propõe-se um diálogo epistemológico que se torna tônico, fluido e envolvente na contemporaneidade, por propiciar uma reflexão sobre o passado e discutir sobre o futuro, perpassando por diversos campos e saberes que dialogam sobre a formação de um agente de Segurança Pública capacitado profissionalmente. É um profícuo debate sobre o tradicional e o moderno, sobre a forma e o conteúdo dos paradigmas do enfrentamento à violência. Nesse cerne destacamos dois modelos policiais que se encontram trabalhando nas ruas: o *Proativo* e o *Reativo*, modelos transversalizam nossa discussão.

O modelo Reativo é a representação, neste diálogo, do Sistema Tradicional de gestão de Segurança Pública, cuja filosofia é a do vigiar e punir, que prega o discurso belicista do modelo de ação reativo, cujo conteúdo é realimentado por discursos totalitários que visam à resolução imediatista, objetivando a eficácia a partir da pedagogia do oprimido.

Já o modelo Proativo é a representação do Sistema Moderno de gestão de pessoas, cuja filosofia reside na proficiência do ensinar e corrigir, haja vista que seu discurso é alternativo ao tradicional, pois seu modelo de ação é proativo e seus conteúdos produzem discursos de visão processualista resolutivos, ou seja, a resolução das lides demanda do tempo que a problemática os impõe. Objetivando a eficiência pela pedagogia da autonomia.

Um exemplo de cultura organizacional proativa é a capacitação continuada, como preconiza a CIPRED, desde o recrutamento de pessoal, cujo voluntariado é imprescindível haja vista a especificidade da atuação da Companhia. Fazendo necessário estar na corporação policial militar a mais de um ano, com prévia consciência do trabalho que será realizado com crianças e adolescentes. A Companhia trata, eminentemente, de um programa de ronda escolar comunitária de dupla atuação, atuando dentro e fora da comunidade escolar. Abarcando a atividade preventiva de policiamento de maneira a envolver o entorno da comunidade escolar para tomar parte na responsabilidade, usando a educação como meio e fim para a prevenção à violência. Segundo Albuquerque (2010), seu primeiro treinamento consiste num Curso de Ronda Escolar, propondo disciplinas, tais como:



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Visão geral da segurança preventiva, qualidades e habilidades do policial da Ronda Escolar Comunitária, sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, psicologia para crianças, jovens e adultos, Direitos Humanos, mediação de conflito, policiamento de trânsito, técnica de ronda escolar comunitária, assim como de policiamento comunitário, sobre torcidas organizadas e gangs, ética profissional e social, ATOD (Álcool, Tabaco e Outras Drogas), Dependência Química entre Crianças e Adolescentes, Prática de Abordagem e Condução de Crianças e Adolescentes; Técnica de Manuseio e Manutenção de Armamento; Prática de Tiro (Método Giraldi); Técnica de Imobilização, Defesa Pessoal e Controle de Distúrbio Civil.

A problemática de uma nova gestão de Segurança Pública traz consigo a busca de soluções pacíficas para o enfrentamento da violência, passa pela abertura de novos campos de ações, ideias, estudos e pesquisas, dos quais o policial-educador é um excelente exemplo. A tríade pode contribuir de forma efetiva para a resolução de muitos problemas que tornam a violência na escola um problema tão sério em nosso país.

4 FAMÍLIA – ESCOLA – POLÍCIA E O ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA

A ação pedagógica se entrelaça à ação policial no instante em que passa a não ser apenas reativa, e seu aspecto preventivo, não está apenas na ostensividade e na exibição de poderio bélico, mas quando há um engajamento social da tríade: Família – Escola – Polícia. Não esperando acontecer à melhor hora, nem hierarquia de responsabilidades, mas fazendo e criando oportunidades/interseções, para que isso aconteça de forma profícua.

A formação da tríade é uma atividade complexa, uma construção de saberes, uma busca constante no processo de discussão das pertinências da família, do serviço policial e da educação geradas a partir da observação da complexidade social e urbana que envolve as questões sobre a violência. Isso posto descartamos, por hora, a possibilidade de aceitação do Educador-Policial como sendo um viés aceitável dentro da realidade escolar.

A tríade pode ser o início da elucidação da questão da violência. A manutenção da criminalidade presente não só na escola, parece se coadunar com modo pensar de alguns



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

governantes que entendem a violência, o medo e os Direitos Humanos como elemento de barganha política, haja vista que as soluções estão postas pelo conhecimento produzido. Com isso, a insegurança passa a conviver no cotidiano das escolas, causando um entorpecimento da ação que iria dirimir a questão, restringindo a questão do crime à esfera do insolúvel, ficando a mercê da vontade de uns poucos, em detrimento das demandas gerais da população que, por equidade, precisa de maior atenção.

Definidos os papéis de dois entes, vamos ao terceiro da tríade: a família. Ao procurar os serviços de Segurança Pública e de Educação, traz consigo altas expectativas em relação ao que receberão como resposta no tocante aos episódios de violência. Entretanto, a falta de formação desses profissionais sobre enfrentamentos à violência e a falta de consciência do papel familiar no que tange suas pertinências, muitas vezes minam essas expectativas, criando uma cultura de frustração, quando não uma geração ressabiada com o modo de trabalho dos profissionais educadores e policiais (GOLDSTEIN, 2003, p.207).

O papel da família pode ser entendido a partir do que diz Meijenrik (2012), a Pedagogia Social trata de maneira holística o processo de reflexão dos paradigmas sociais a partir de como o ser, lida consigo, com o outro e com os próprios questionamentos, de tal forma que o agir contribui para um saudável desenvolvimento das condições sociais. Sua contribuição não se ancora só nos conceitos de desenvolvimento de homem e de mundo, mas também na sua aplicação prática para a vida: com o outro, no grupo, nas iniciativas e organizações ou na sociedade.

A transferência de papéis, a falta de consciência ou a não assunção das funções precípuas da família no trato das resoluções pertinentes ao objeto violência, diminui a qualidade do seu enfrentamento. Haja vista o complexo formador do problema da violência, não deve ancorar a solução em apenas um aspecto. Se forem múltiplos os causadores, assim são suas soluções combinadas: Família, Escola e Polícia, uma intercessão envolvida no processo, cada qual cuidando da parte que lhe compete: complementando-se e interagindo.²

Como exemplo dessa intercessão, temos a CIPRED, criada oficialmente em 31 de dezembro de 2008 pelo DECRETO Nº 21.002, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2008. Esse

² Art. 227 - É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988).



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Decreto cria a Companhia na estrutura organizacional da Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Norte. Essa ação política parece demonstrar um discurso do Estado, preocupada em seguir metas de excelência da corporação Policial Militar do RN, quiçá, por perceber as falhas do modelo reativo. Aplicando critérios de qualidade na prestação do serviço de Segurança Pública numa realidade sempre atualizada (ALBUQUERQUE, 2010).

Segundo Silva Jr (2012), o modelo atual é composto por dois pelotões - o PROERD (Programa Educacional de Resistência às Drogas e a Violência) e o Ronda Escolar Comunitária – a CIPRED desempenha ao mesmo tempo uma ação policial de prevenção direta e cooperativa. O Ronda Escolar, utiliza como modalidade de policiamento³ com o patrulhamento no entorno das escolas e com a visitação diária ao interior das instituições de ensino, verificando pontos vulneráveis a fim de conhecer a realidade particular de cada área atendida.

O PROERD, seguimento mais conhecido no enfrentamento à violência, atua na aplicação do currículo de lições, orienta, conscientiza e forma crianças e adolescentes. Esses jovens atendidos não apenas vão guardar para si os conhecimentos quanto à importância de valorizar a vida e manter-se longe das drogas, mas, também, vai levá-los àqueles que fazem parte de seu ciclo de convivência, multiplicando os efeitos da prevenção.

A CIPRED vai ao revés da perspectiva tórrida e aparentemente nefasta, da falta de vontade política na resolução das demandas sociais que resolveriam a contento a questão da violência. Para isso, considera que a implementação de uma política de segurança ação educativa, nomeadamente a prevenção, à criminalidade e o policiamento de proximidade, principalmente aos grupos mais desprotegidos (crianças, idosos, escolas e comerciantes) é a estratégia de segurança que defende ser mais eficaz. Contudo ressalta que o problema da segurança é um dever de cidadania de todos os cidadãos. Atualmente a CIPRED propicia um forte elo na comunidade escolar em que atua, fortalecendo o trinômio: Família, Escola e Polícia Militar. A CIPRED não invalida qualquer outro programa, trabalho ou atividade de prevenção, dirigido aos jovens como um todo (FERNANDES JR., 2012).

³ A modalidade de policiamento consiste no patrulhamento ostensivo de caráter preventivo, desenvolvido pela Polícia Militar, através de viaturas nos entornos das unidades educacionais, cumprindo um cartão-programa, ou seja, um roteiro pré-determinado em um prazo de tempo estabelecido. A fim de proporcionar segurança à comunidade escolar, permitindo o desenvolvimento saudável do processo de ensino-aprendizagem, evitando eventos indesejados nas escolas ou em seus entornos, agindo preventiva e repressivamente, quando necessário. Além de auxiliar a comunidade escolar na mediação, resolução e encaminhamento de conflitos.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

O paradigma da tríade encontra resistência no ranço de certas tradições, que restringem a questão da violência a apenas ação repressiva para manutenção da ordem e, para tanto, basta saber como empregar os policiais. O uso inteligente, técnico e profissional da força policial parece não convencer, a ação truculenta prevalece à ação enérgica dentro da legalidade. O senso febril de justiça faz delirar a justa-medida e o bom senso. Preservar a ordem pública através das técnicas e das táticas policiais, respeitando a legalidade, a dignidade da pessoa humana, empregando o uso progressivo e legítimo da força quando necessário, conforme orientações dos Direitos Humanos... Soa desconexo com a realidade das ruas.

CONCLUSÕES

Propusemo-nos a dialogar nesse trabalho com outra forma de pensar o serviço policial imbricada/focada na ação pedagógica. A partir da discussão com os saberes apreendidos pela transversalidade do tema, traçamos uma perspectiva para práxis dos profissionais envolvidos no enfrentamento da violência nas escolas. Um novo pensar que fortalece a qualidade do enfrentamento através de uma capacitação continuada dos envolvidos.

Tudo isso se dá por meio de processos educativos desenvolvidos em diversas instâncias da atividade policial contextualizada na demanda social em que se insere. Como apreendemos do que disse Freire (2005): Encontram-se e reencontram-se todos no mesmo mundo comum e, da coincidência das intenções que o objetivam, exsurge a comunicação, o diálogo que critica e promove os participantes do círculo. Assim, juntos, recriam criticamente o seu mundo: o que antes os absorvia, agora podem ver ao revés.

A busca por melhores níveis de segurança nas escolas brasileiras, não pode se pautar apenas nas formas tradicionais de atuação repressiva. A busca de soluções pacíficas para as violências passa pela abertura de novos campos de ações, ideias, estudos e pesquisas, dos quais a Ação pedagógica em Segurança Pública é um excelente exemplo. A comunidade em geral pode contribuir de forma efetiva para a resolução de muitos problemas que tornam a Segurança Pública um problema tão sério em nosso país. Cada um no seu campo de atividade,



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

com suas ideias, sua criatividade e seu espírito de colaboração podem se constituir num importante apoio para os órgãos de segurança já tão assoberbados pelas crescentes demandas que hoje observamos no cenário da sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

RIO GRANDE DO NORTE. Decreto nº 21.002, de 31 de dezembro de 2008. **Cria a Companhia Independente de Prevenção ao Uso de Drogas - CIPRED na estrutura organizacional da Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Norte – PMRN.** Disponível em: <http://www.gabinetecivil.rn.gov.br/acess/pdf/dec21.002.pdf>. Acesso em: 20 abril 2012.

ALBUQUERQUE, Ezequiel N. de. **Ronda escolar comunitária.** Natal, 2010. (Apresentação Institucional)

BALESTRERI, Ricardo Brisolla. **Direitos humanos: coisa de polícia.** Porto Alegre: Gráfica Editora Berthier: 2003.

CAMPOS, Wagner. **O que é a gestão estratégica?.** Disponível em: Fonte: <http://www.administradores.com.br/informe-se/artigos/o-que-e-a-gestao-estrategica/28653/>. Acesso em: 10 jun. 2012.

FERNANDES JUNIOR, João Bosco. **Projeto de criação do batalhão de segurança cidadão.** Natal, 2012.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: a história da violência nas prisões.** 37.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2009

_____. **A ordem do discurso.** 14. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e terra, 2005.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessário à prática educativa.** São Paulo: Paz e terra, 2011.

GOLDSTEIN, Herman. **Policiando uma sociedade livre.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003 – (Série Polícia e Sociedade; n. 9)

NAVARRO, Leila. **Ação pedagógica. Afinal, o que é isso?.** Disponível em: http://vilamulher.terra.com.br/ação_pedagógica-afinal-o-que-e-isso-5-1-37-68.html. Acesso em: 10 maio 2012.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

MEIJENRIK, Hermanus J. **Pedagogia social**, A. Disponível em: http://www.pedagogiasocial.com.br/home/index.php?option=com_content&view=article&id=22&Itemid=57. Acesso em: 28 abr. 2012

ODALIA, Nilo. **O que é violência**. 6. Ed. São Paulo: Brasiliense, 2012 – Coleção Primeiros Passos: 85.

SCHILLING, Flávia. **A sociedade da insegurança e a violência na escola**. 2.ed. São Paulo: Summus, 2014.

SILVA JÚNIOR, Romão Inácio da. **CIPRED e a construção integrada de segurança pela prevenção**, A. Natal, 2012.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Fobópoles: o medo generalizado e a militarização da questão urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2008.

TEIXEIRA, Alexandre. O agente de Segurança Pública em xeque. IN: **Época Negócios**. N. 45. Novembro, 2010.